

**PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E EMANCIPAÇÃO FEMININA:
UMA EXPERIÊNCIA DE UM GRUPO DE MULHERES NA
AGRICULTURA FAMILIAR**

*WOMAN, AGRIBUSINESS AND FOOD PRODUCTION: THE
EMANCIPATION OF WOMEN VIA PARTICIPATION IN AN
AGRIBUSINESS THE FAMILY FARM*

**Giliarde de Souza Brito
Helder dos Anjos Augusto
Crist Ellen F. Pinheiro
Marcelo Gonçalves Machado**

**Universidade Federal de Minas Gerais
Instituto de Ciências Agrárias
giliarde.brito@gmail.com**

RESUMO

Este artigo é resultado das recentes intervenções do Programa de Desenvolvimento Rural e Apoio a Reforma Agrária - PRODERA; a qual teve como objetivo analisar relações sociais, renda, gestão e empreendedorismo do grupo de mulheres ligadas ao empreendimento “agroindústria de Panificação” no assentamento Paco Paco. A pesquisa faz parte das ações que são desenvolvidas pelo PRODERA do Instituto de Ciências Agrárias/UFGM. A experiência coletiva localiza-se no município de Pirapora na margem direita do Rio São Francisco. Para construir as discussões teóricas, alguns autores foram utilizados para dar suporte teórico as proposições encontradas em campo, como Abramovay, 1997; Santos et al. (2010); Dayrell (2000); Santos (2003); Spix e Martius (1981); Van der Ploeg (2009), além de outros. A observação, a entrevista e o diário de campo foram relevantes para obter e analisar as falas e os olhares dessas mulheres. Foi possível perceber que a mulher rural tem construído saídas para a geração de renda, a qual tem contribuído para compor a renda final da família. Por meio do trabalho, essas mulheres têm conquistado visibilidade na sociedade e na família.

Palavras-chave: Agroindústria. Mulheres. Rurais,

ABSTRACT

This article is the result of the recent interventions of the Rural Development Programme and the Reform Agrária - PRODERA; which aimed to analyze social relations, income, management and entrepreneurship group of women linked to the project "agribusiness Bakery" in the settlement Paco Paco. The research is part of the actions that are developed by PRODERA the Institute of Agrarian Sciences / UFGM. The collective experience located in Pirapora city on the right bank of the Rio São Francisco. To build the theoretical discussions, some authors have been used to give theoretical support the propositions found in the field, as Abramovay, 1997; Santos et al. (2010); Dayrell (2000); Santos (2003); Spix and Martius (1981); Van der Ploeg (2009), among others. The observation, interview and diary were important to obtain and analyze the words and looks of these women. It could be observed that rural women have built outputs to generate income, which has contributed to compose the final

income of the family. Through the work, these women have gained visibility in society and family.

Keywords: agribusiness, women, rural,

INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de resultado de uma visita monitorada a um grupo de mulheres do Norte de Minas Gerais que decidiram de forma coletiva organizar uma experiência na área de beneficiamento de alimentos – uma agroindústria rural familiar.

Este grupo tem proporcionado a geração de emprego e renda para todas as mulheres ligadas a unidade de produção. Esta experiência tem produzido bolos, pães, biscoitos entre outras tantas variedades e está localizada no município de Pirapora – norte de Minas Gerais. Este grupo de mulheres tem acessado mercados institucionais e mercados não formais como feiras e venda em barracas no centro da cidade com o “café da roça”. Inicialmente, este grupo teve muita dificuldade; o grupo é composto por esposas de assentados no assentamento Paco Paco, todas com filhos menores e com atividades da roça sob sua responsabilidade.

Na contemporaneidade a mulher tem construído alternativas para superar o histórico preconceituoso que a coloca em situação desfavorável em relação a figura masculina. Essas alternativas tem sido desenvolvidas nas mais diversas modalidades; agroindústrias de geração de emprego e renda; grupos informais urbanos e rurais; organizações de terceiro setor; associações de mulheres; movimentos organizados e até mesmo reuniões de vizinhas. Como resultado, tem-se concretizado a entrada da mulher na geração de emprego e renda, além da inserção no mercado de trabalho formal. Pode-se caracterizar como uma mudança estrutural da sociedade excludente da mulher; assim, essa abertura dá ânimo para outras reivindicações da mulher frente a melhores salários e condições dignas de trabalho.

Fatores necessários devido à relevância cultural, social e econômica da mulher contemporânea. Agora, há diferenças entre a mulher urbana para a mulher rural; quanto o acesso a mercados de trabalho e oportunidades de geração de emprego e renda em empreendimentos formais e não formais .

No norte de Minas Gerais, essa temática tem sido trabalhado por diversos instituições públicas e de terceiro setor. É possível destacar instituições públicas como a Universidade Estadual de Montes Claros com ações voltadas para a economia solidaria, desenvolvida por mulheres residentes nos territórios rurais; a Universidade Federal de Minas Gerais via Instituto de Ciências Agrarias com o Programa de Desenvolvimento Rural e Apoio a Reforma Agraria - PRODERA. As instituições ligadas ao terceiro setor que atuam neste segmento são: Centro de Agricultura Familiar do Norte de Minas - CAANM que atua com assistência técnica e extensão rural em boa parte dos municípios localizados no norte de Minas Gerais; a CARITAS Diocesana com ações voltadas para a geração de emprego e renda para mulheres inseridas em atividades produtivas; a Articulação Semiárido - ASA Brasil com ações voltadas para o direito de acesso a água em quantidade e qualidade. E por fim, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG na construção de propostas para a formação de assentamentos rurais. Em relação a este último, é relevante destacar a criação do Assentamento Paco Paco, localizado no município de Pirapora – MG.

Portanto, assentamentos e acampamentos rurais ligados ou não ao MST contam com uma diversidade de instituições que possibilitam a oferta de orientações no processo de desenvolvimento rural. O artigo intitulado “ Mulher, agroindústria e produção de alimentos: a emancipação feminina via participação em uma agroindústria

da agricultura familiar” tem como objetivo construir um paralelo entre mulher, agroindústria, produção de alimentos e agricultura familiar.

A metodologia utilizada fundamentou-se em observação participante em um grupo de mulheres ligadas ao assentamento Paco Paco no município de Pirapora – norte de Minas Gerais; utilizou-se como fonte de dados, documentos (atas e regimento interno) e rodada de conversa com a representante do grupo de mulheres.

O ASSENTAMENTO, O NORTE DE MINAS GERAIS E A EXPERIÊNCIA DA PANIFICAÇÃO COM MULHERES RURAIS

Antes de iniciar é preciso que o leitor entenda a lógica dos escritos aqui propostos. Inicialmente, propõe-se conhecer o território onde tudo acontece e reproduzem; com a justificativa de situar o leito geograficamente e territorialmente do lugar “assentamento Paco Paco”, suas vias de acesso e de escoamento de sua produção, além do seu município de origem. Findando os relatos sobre o assentamento, o leitor vai deparar com uma revisão bibliográfica sobre o norte de Minas Gerais relevante para entender essa lógica de terra e posse. Por fim, não menos relevante; o leitor vai compreender a magnitude da experiência desenvolvida pelas mulheres do assentamento Paco Paco com a Panificação.

O Assentamento

Saindo de Belo Horizonte, a duração da viagem é de em torno de 5 horas percorrendo a BR 040 até Paraopeba (Distrito de São Sebastião); logo adentra na MG 135 até Corinto; por fim a BR 494 até Pirapora. Saindo de Montes Claros, percorre de início ao fim pela BR 365.

O município de Pirapora localiza-se na margem direita do rio São Francisco; conhecido como “Velho Chico”, “Rio da Integração Nacional”, “Opará”, “Rio dos Currais”; denominações que remetem a fatos culturais, sociais, políticos e econômicos ocorrentes nas margens do rio. Em relação a fatos econômicos, o rio tem tido uma relevante contribuição quanto o alavancamento econômico de muitas cidades; é o caso do município de Pirapora – MG. Segundo dados IBGE o município tem 56.229 habitantes em 2015, e em 2010 essa estimativa era de 53.368 habitantes.

O município em cinco anos teve um acréscimo de 2.861 habitantes, em média um incremento de 572,2 habitantes a mais por ano. Esse crescimento se deve em parte pelas oportunidades existentes no município, especificamente na área de agricultura irrigada. O projeto de Irrigação de Pirapora é um grande produtor de frutas com destinação final diversa¹. Além do projeto de Irrigação, destaca também o Assentamento ligado a reforma agrária, denominado Assentamento Paco Paco, também com produção diversa; dedicado a produção de alimentos para consumo interno na cidade e outra parte para ao CEASA de Belo Horizonte.

Este assentamento tem acessado mercados institucionais como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Além desses, o assentamento tem acessado um programa criado pelo município, denominado de “Cesta Cheia” – compra e doação para famílias carentes de áreas periféricas da área urbana da cidade de Pirapora - MG. Neste mesmo assentamento, destaca também uma iniciativa popular de mulheres assentadas

¹ O projeto de Irrigação tem produzido frutas para o mercado interno brasileiro e também para o mercado externo. São produzidos laranja, uva, Mexericá, Goiaba, Manga, Coco, Caqui, Banana, Acerola entre outras frutas. É produzido também na área da silvicultura (Mogno Africano).

denominadas de “Associação do projeto de assentamento do Paco Paco - Agroindústria de Panificação”.

No assentamento, há uma variabilidade de produção; banana, uva, coco, cebola, feijão, olericulturas, mamão, pinha, laranja, mandioca entre outras. Antes da efetivação do assentamento, homens e mulheres vendiam sua força de trabalho para manutenção de lavouras particulares. Na atualidade, esses mesmos agricultores “labutam²” em uma área própria. Abaixo, é possível visualizar um agricultor familiar em sua área de banana irrigada com água do Rio São Francisco. Nessa e em outras tantas unidade de produção existentes no assentamento Paco Paco, a lavoura é tocada por homens, mulheres e filhos. A família cultiva, cuida, colhe e vende a sua produção. A presença da mulher tem sido o diferencial na geração de renda de algumas famílias; as quais têm gerado renda comercializando produtos provenientes da agroindústria de produção de pães, biscoito e bolos; além de animais criados nos quintais.

Norte de Minas Gerais

O rural norte-mineiro antes de 1970 era uma região fundamentalmente rural, caracterizada pela interação direta entre natureza e ser humano. Essa interação permitia aos agricultores familiares a possibilidade de cultivo de múltiplos alimentos (feijão, arroz, mandioca, milho, fava, abóbora) e a caça nas matas (SAINT-HILAIRE, 1974). A reprodução familiar nessa interação era possível, devido à existência de terra livres em quantidade suficiente para o roçado e quintais para cultivos e criação de animais utilizados para a alimentação. Seus hábitos alimentares eram constituídos por alimentos que conferiam força e vitalidade para exercer o trabalho na roça.

Spix e Martius (1981), dois naturalistas que passaram pela região, em seus relatos, descreveram a relação que a população estabelecia com a natureza. Ser humano e natureza coexistiam em um mesmo espaço físico. Era uma relação de trocas. A carne para a alimentação era conseguida em ambientes diferentes: capões de catinga, pastos com árvores isoladas e locais de várzea pantanosa. Cada local tinha uma caça específica. Por exemplo, cateto, veado e anta eram encontrados nos capões de caatinga. O aproveitamento da natureza acontecia também com a flora. O buriti se usava para cobertura das casas, gradeados e ripas, bebida, petisco com a polpa do fruto, além da extração do mel silvestre como atividade econômica.

O grande número de filhos nas famílias que Spix e Martius (1981) encontraram era um meio de prover força de trabalho para a reprodução da família. A reprodução da família estava diretamente associada à existência das matas e à facilidade de extrair da terra e das matas o alimento necessário. As terras já eram ocupadas há centenas de anos por diversas tribos indígenas que viviam da pesca, da caça e da coleta de frutos (COSTA, 1999; SANTOS, 2003). Segundo Santos (2003), a agricultura norte-mineira remonta aos povos que há gerações viviam nela. Para Santos (2003, p. 12), a produção de autoconsumo:

É uma característica marcante da agricultura regional, salvo raras exceções como o algodão, responsável por alguns ciclos da agricultura local (...). O gado, no sertão foi se adaptando, forjando uma raça resistente às drásticas condições de sobrevivência oferecidas pela natureza.

² Labuta significa trabalho, lida, serviço. É uma palavra de origem no latim *laborator*, que significa lida, trabalho. Labuta é um substantivo feminino que se refere a uma tarefa que se realiza penosamente, com grande empenho.

Em conformidade com Santos (2003), o norte de Minas Gerais teve de fato a ocupação mediante a expansão da pecuária nas margens de rios, principalmente no São Francisco. A grande incidência de pastagem e, principalmente, a existência de água para os animais contribuíram para o surgimento de diversos currais e fazendas nas margens dos rios.

As fazendas ou currais de gado foram responsáveis pela economia do norte de Minas Gerais. Dayrell (2000), analisando a região de Riacho dos Machados, argumenta que a prática de criação de gado acontecia de forma extensiva. O gado não ficava preso (confinado, recebendo ração no cocho). Era criado em terrenos “férteis e amorrados” na “caatinga, na vertente norte, noroeste e nordeste da serra do Espinhaço, quanto nas áreas de gerais localizadas nos planaltos e topo do Espinhaço” (DAYRELL, 2000, p. 216). Na região que compreende Januária, segundo Santos *et al.* (2010), o gado era solto no período das chuvas, época em que a natureza oferece capim e diversos brotos em fartura para o gado. Na época das secas, os gerais não dispunham de grandes quantidades de alimentos, assim prendia-se o gado, exceto os “solteiros” (novilha, os machos, exceto o reprodutor) e o alimentavam com o bagaço da cana, que era moída para o preparo da cachaça e da rapadura. O gado na solta não dava despesas, a não ser com o sal. Era solto nos gerais (campos comuns), junto com o gado de outros agricultores.

As terras comuns eram extensas áreas de gerais usadas para a solta do gado em períodos com oferta de alimentos. Nessas terras, o agricultor familiar, além de usar para soltar o gado, utilizava-o também para retirar madeira, frutas, plantas medicinais e caça em épocas de seca. Segundo Ribeiro (2010), as áreas comuns eram terras das comunidades de agricultores, usadas no coletivo, sem divisão para a exploração dos múltiplos recursos que eram oferecidos pela natureza às famílias.

Santos *et al.* (2010) admitem que o trato do gado nas áreas comuns era coisa de “mês em mês, de dois meses”. Para facilitar para o dono do gado, usava-se um “polaco” pendurado em uma das vacas, o qual tinha a função de conduzir o restante do rebanho quando pouco acostumado com os gerais. Por meio do som do instrumento, o dono sabia a localização dos seus animais.

A rusticidade dos animais era condição para a sobrevivência nos gerais e na caatinga. As famílias tinham preferência pelos animais adaptados, ao invés do gado com raça definida. Santos *et al.* (2010) argumentam que o gado puro de origem necessita ficar preso e demandava mais atenção com tratamentos de alimentação e sanitários, algo que o gado criado à solta não precisava.

Nas duas regiões (Januária e Riacho dos Machados), grande parte do rural era ocupado por agricultores familiares, que retiravam a reprodução da agricultura. Além da prática da criação de gado, dedicavam-se à preparação do local de plantio, e à colheita. A destinação da produção era, na maioria das vezes, para a alimentação das famílias. Parte se usava para as trocas com os vizinhos e, quando houvesse produção em “sobra”, vendiam na cidade, contribuindo, assim, para o abastecimento microrregional. Em relação à prática das “trocas”, Santos *et al.* (2010, p.174), relatam que:

... outra coisa que acontecia era a troca também, de produtos: quem levava a carne dificilmente voltava com a vasilha vazia. De lá para cá trazia alguma coisa de volta. Eles perguntavam para a gente o que não tinha lá em casa, que estava faltando.

Quando se encontrava o local apropriado para o plantio, era hora de iniciar a preparação da terra: foice e machado eram usados para derrubar as árvores, serviço que deveria ser feito antes de iniciar a queda das folhas. Com essa ação, já se dizia que “ali” já era a “roça”, mas, para Santos *et al.* (2010), era ainda somente “roçado”, necessitando ainda da queima da vegetação que foi cortada. O corte era uma técnica que precisava ser perfeita; cortava-se a 20 centímetros de altura para haver rebrota das árvores. O corte não era feito em todas as árvores, “o pereiro é uma madeira boa”, assim como a amoreira e o pequiizeiro.

Dayrell (2000) e Santos *et al.* (2010) informam que a preparação da terra tinha o mês de junho como referência. Na região de Januária, a preparação se iniciava em abril e se estendia até junho. Na região que compreende Riacho dos Machados, junho era o mês em que se iniciava a preparação da roça. Em épocas das festas de São João e São Pedro, pelo conhecimento que os agricultores tinham, analisavam se o ano seria bom ou não de chuva. Após o corte das árvores em ambas as regiões, utilizava-se o fogo para limpar a área, queimando as folhas e garranchos das árvores cortadas. O fogo era quase que considerado algo “mágico” entre os agricultores familiares; era um momento especial e que requeria muito cuidado, pois, se colocar muito fogo, a força da terra não era oferecida à planta. Dayrell (2000) admite que esses agricultores consideravam que o fogo não podia durar muito na terra, devido ao fato de algumas culturas não se adaptarem à terra muito “sapecada”. A terra boa era aquela que o fogo não ficou muito nem pouco queimando. Esse meio termo dava uma terra mais “gordurosa” e era indicado para o plantio de diversas culturas.

A história da região sempre foi alicerçada na agropecuária, forte da economia local; e neste setor a presença da mulher sempre foi de servir os homens que trabalhavam com a terra. Servir alimentos, vestimentas limpas, servir casa limpa além de ser mulher nos momentos de desejos dos maridos; neste contexto, a presença feminina não se firmava quanto ser possuidor de direitos e sim de deveres para com a família.

Experiência da panificação com mulheres rurais

A industrialização de alimentos pelas mulheres rurais tem sido uma alternativa para a geração de emprego e renda para assentadas do Paco Paco, além de garantir o aumento da autoestima. Isso devido à geração de renda, e assim garantindo a promoção de saúde, lazer, alimentação e educação para a família. Mesmo aumentando a carga horária de trabalho da mulher em relação ao homem, o empreendimento garante a autonomia econômica frente à figura masculina. Essa temática é debatida por Tonial (2013, p.10)

É facilmente verificada a maior jornada de trabalho da mulher, que dedica tempo à agricultura, às tarefas domésticas e ao cuidado com os filhos e filhas, o que caracteriza uma tripla jornada. A presença dela na economia rural é marcada por uma forte divisão sexual do trabalho, expressa através da concentração em atividades voltadas ao trabalho reprodutivo e produtivo. As representações da desigualdade foram reforçadas pela noção de ajuda aos homens em casa e de ajuda das mulheres na lavoura ou na produção. Em divisão sexual do trabalho corresponde ao modelo patriarcal da sociedade que desconsidera a contribuição das mulheres para a geração de renda da família, eleva a segregação do trabalho familiar e elege os homens para a gestão e

tomada de decisões na unidade de produção familiar ou no grupo de produção.

Na economia rural familiar, culturalmente a mulher sempre foi vista de forma diferente; as atividades a elas destinadas sempre estiveram associadas à manutenção e cuidados com o autoconsumo da família. O quintal das casas eram uma extensão da cozinha, território pertencente a mulher para cultivar temperos, medicamento naturais, legumes e verduras. As atividades de trato de animais de grande porte eram, e é para os homens; além do trato com a roça ou roçados. Atualmente essa realidade tem mudando no rural brasileiro.

Segundo dados do Dieese (2009), a mulher ocupa grupos de atividades antes exclusivos para a figura masculina.

Tabela 1 - Mulheres ocupadas na agropecuária por atividade, segundo posição na família – Brasil 2009 (em %)

Grupos de atividade	Chefe	Conjuge	Filha	Outras
Lavoura temporária	18,3	66,8	13,1	1,8
Pecuária	16,4	69,1	11,3	3,1
Horticultura/floricultura	25,7	63,0	7,6	3,7
Lavoura permanente	15,6	69,3	11,4	3,8
Criação de aves	19,5	73,5	5,2	1,8
Serviços ⁽¹⁾	27,4	54,0	12,7	5,8
Pesca/aquicultura	27,2	59,7	9,7	3,4
Silvicultura e exploração florestal	22,7	62,3	14,2	0,8
Outros ⁽²⁾	18,7	20,3	61,0	0,0
Produção mista: lavoura e pecuária	13,8	72,3	12,0	1,9
Apicultura/sericultura	0,0	43,7	0,0	56,3
Total	19,5	67,9	10,1	2,5

Fonte: IBGE Pnad -- Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Serviços relacionados à agricultura ou pecuária

(2) Criação de animais mal especificados e caça repovoamento crieptico e serviços relacionados

A presença feminina nessas atividades é uma prova da mobilização feminina em defesa da participação delas em setores que contribui com o Produto Interno Bruto do País. O grupo de mulheres ligadas ao assentamento Paco Paco foi constituído por iniciativa das próprias mulheres no ano de 2005. Segundo o seu regimento interno, o Grupo de Mulheres do Projeto de Assentamento do Paco Paco tem as seguintes competências: I – promover a formação, qualificação, viabilizando seu crescimento no grupo; II – incentivar, coordenar e executar atividades que visem à formação da renda alternativa; III – oferecer benefícios de interesse das mulheres a serem definidos e incorporados por meio de Assembleia Geral; IV – incentivar e conceder, periodicamente, tempo e espaço para divulgação das atividades desenvolvidas pelas associadas como forma de promoção e valorização da mulher empreendedora, criando um círculo de possibilidades de negócio entre elas e a sociedade. Essa organização é de extrema relevância para a garantia de continuidade das ações de produção.

A agroindústria de Panificação é um grupo formal com CNPJ, inscrição municipal, alvará de funcionamento e licença sanitária; este grupo é composto por 10

mulheres³ com idades variadas; todas as esposas de assentados pela reforma agrária no ano de 2005 no município de Pirapora. Antes, é preciso relatar que o processo de constituição do assentamento não tem ligação com o MST – Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra; o grupo não reconhece que o processo de luta pela terra se assemelha à luta organizada pelo MST. Assim, durante o momento de desenvolvimento das entrevistas a equipe do PRODERA não questionou sobre o MST.

Na agricultura familiar, segundo Batalha et al (2005) a inexistência de um sistema integrado e harmônico é responsável pelo baixo nível tecnológico atualmente. Segundo os autores, inovar é o que falta para a agricultura familiar aumentar o nível tecnológico de suas ações. E assim, implementar no sistema de produção tecnologias que contribuam para aumentar a competitividade no mercado. Todo esse processo tecnológico tem como objetivo final aumentar a competitividade dos setores ligados à agricultura familiar. Os autores relatam que são necessárias “bases sustentáveis” e interlocução entre agricultores. A busca individualizada enfraquece o sistema e consequentemente todos serão prejudicados.

Batalha et al (2005, p.03), estudando essa necessidade de interlocução de todos para compor um único corpo relata que:

Especialistas das mais diversas correntes de pensamento admitem que uma das maneiras de fortalecer a agricultura familiar é agregar valor aos seus produtos. Esta agregação de valor pode ocorrer de várias formas. As principais estão relacionadas ao desenvolvimento e comercialização de produtos que destaquem características como: o caráter social da agricultura familiar; a territorialidade do local onde esses produtos são fabricados; o sabor diferenciado originado de alguma característica artesanal do processo produtivo; a justiça social implícita em produtos que aumentem a renda dos pequenos agricultores; etc. Estas oportunidades estão longe de viabilizar a agricultura familiar tradicional, e dependem, todas elas, de capacidade de inovação dos produtores e de condições para superar as restrições da produção individual.

De fato, agregar valor aos produtos pode ser uma alternativa de sucesso. O grupo de mulheres do Assentamento Paco Paco tem construído alternativas para a geração de emprego e renda no rural do município de Pirapora – Norte de Minas Gerais. Têm-se muitos fatores⁴ que garantem sucesso aos produtos da agroindústria. Estes produtos têm uma marca que é forte; chamamos de “agricultura familiar”. Na contemporaneidade, produtos que levam essa característica têm conseguindo mais mercado devido ter uma vinculação mais saudável e contributiva ao meio ambiente. Corroborando com esta temática de produção aliada ao meio ambiente, constituindo uma oposição a produção capitalista da agricultura empresarial; Ploeg (2009, p17) relata que:

³ Nas primeiras reuniões o grupo era composto por 17 mulheres. Segundo as idealizadoras do grupo muitas entidades contribuíram para o desenvolvimento da agroindústria.

⁴ Os fatores podem ser desde o fato de ser um produto de um assentamento rural até pela proximidade com o Rio São Francisco; além de se uma produção feminina.

Embora com peso relativo e interrelações que variam consideravelmente, praticamente todos os sistemas agrícolas no mundo atual resultam de três arranjos político-econômicos distintos, porém combinados. São eles: a produção capitalista, na qual a relação salário-trabalho é central, a agricultura empresarial e a agricultura camponesa. A principal diferença entre as duas últimas formas é que a agricultura camponesa é fortemente baseada no capital ecológico (especialmente a natureza viva), enquanto a agricultura empresarial afasta-se progressivamente da natureza. Insumos e outros fatores artificiais de crescimento substituem os recursos naturais, o que significa que a agricultura está sendo industrializada. Ao mesmo tempo, a dependência do capital financeiro torna-se a principal característica da agricultura empresarial, favorecendo a economia de escala e rápidos (embora frequentemente parciais) aumentos de produtividade.

Mas, o que é agricultura familiar? Um questionamento feito por muito e que muitos não tem uma resposta consistente. O conceito do termo “agricultura familiar” sempre foi muito complexo e difícil de chegar a uma conceituação clara e aceitável. Muitos autores elegem atributos para qualificar um agricultor em “agricultor familiar”. No entanto, esses na atualidade não se formam devido às variações que se tem o agricultor que cultiva alimentos em pequena escala e em pequeno espaço. Um ponto emblemático, por exemplo, é o agricultor urbano, é familiar? Caso positivo, portanto deveria acessar linhas de incentivo e financiamento. O termo em questão é de uma complexidade não quantificável e aberta a várias interpretações.

Dentro dessa lógica familiar, tem destacado a presença da mulher na direção de pequenos e grandes empreendimentos agropecuários. Especificamente para a mulher, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES tem financiado projetos de até 150 mil reais a taxas de juros bem abaixo do mercado. Mas, nessa conceituação, têm-se autores que se destacam com trabalhos sobre essa temática; como por exemplo, o professor do Departamento de Economia da FEA Ricardo Abramovay. Sobre a conceituação do termo “agricultura familiar”

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas. (Abramovay, 1997, p.03)

O termo “agricultura familiar” para Martins 2001 apud SAVOLDI e CUNHA (2010, p.26) e retratada “como uma instituição de reprodução da família, cujo núcleo está na relação direta com a terra e com a produção agrícola”.

A mulher rural ligada à agroindústria de panificação tem uma dualidade de trabalho; trabalham na unidade de produção (agroindústria) e ainda contribuem com as atividades rurais da propriedade junto ao marido e os filhos. As mulheres tem ainda a responsabilidade com os filhos. No grupo há, segundo uma das idealizadoras, uma relação de complementariedade na execução das ações ligadas à produção e na resolução de conflitos pessoais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação das agroindústrias por grupos de mulheres rurais é uma possibilidade para empoderamento dentro de uma comunidade machista e corporativista quanto a geração de renda para manutenção da família. A mulher quanto inicia a oferta de valores para compor e complementa a renda familiar, ela se empodera de condições para debater com esposo/marido o destino dos recursos. Uma situação salutar em uma sociedade que valoriza apenas a presença masculina no provento/sustento familiar.

O novo modelo de desenvolvimento rural precisa entender que a mulher rural é peça fundamental nesse processo. O grupo de mulheres tem assistência técnica e extensão rural das seguintes instituições; EMATER – MG (orientações técnicas de produção) prefeitura (legalização do empreendimento), APAS (apoio moral, orientações quanto a execução dos processos legais), SEPLAN (deslocamento da produção, orientações na área de segurança alimentar, nas receitas e na elaboração das tabelas nutricionais), EMUTUR (parceria no café da roça⁵, oferta de barracas e propagandas). Essa parceria com várias instituições tem garantido ao grupo a entrega de alimentos para a alimentação escolar do município via Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

No entanto, o grupo tem ainda muitos pontos de entraves, como as dificuldades no sistema de produção – equipamentos industriais – o grupo ainda não dispõe de todos os equipamentos necessários; assim, toda a produção é manual. Essa falta de equipamentos pode interferir na possibilidade de acessar novos possíveis mercados.

Agradecimentos

Agradecimento ao grupo de mulheres do assentamento Paco Paco pela receptividade a equipe do PRODERA.

REFERENCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão. São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992. “Uma nova extensão para a agricultura familiar”. In: Seminário Nacional De Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF, Anais, 1997, p. 29 (Texto para discussão)

BATALHA, Mário Otávio; BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA FILHO, H. M. . Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: Hildo Meirelles de Souza Filho; Mário Otávio Batalha. (Org.). Gestão Integrada da Agricultura Familiar. 1ed. São Carlos: EdUFSCar, 2005, v. 1, p. 43-65.

COSTA, João Batista de Almeida. **Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos: a identidade através de um rito em Brejo dos Crioulos (MG).**

⁵ Venda de café com quitandas (biscoito, bolo, broa, cuscuz) na praça da cidade.

1999. 209 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) □ Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

DAYRELL, Carlos. Os geraizeiros descem a serra ou a agricultura de quem não aparece nos relatórios dos agrobusiness. In: LUZ, C. e DAYRELL, C. (Orgs.). **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros: Max Gráfica e Editora, 2000. p. 189-272.

DIEESE. Estatísticas do meio rural 2010-2011. 4.ed. / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Ministério do Desenvolvimento Agrário. -- São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. (Org). **Historias dos Gerais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. 329 p.

SAINT-HILAIRE, Augustin François César Prouvençal de. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo**, 1822, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974. 125 p.

SANTOS, Antonio Justiniano dos; SOUZA, Jacy Borges de; MATOS, Jose Geraldo Ribeiro de; PACHECO, Jose Martinho dos Santos; VIANA, Adailton Lopes. Terra, lavoura e criação no Rio dos Cochos. In: MAGALHÃES, Eduardo Ribeiro. **Histórias dos gerais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. p. 157-188.

SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. **Da produção de subsistência à agricultura moderna: socialização e preparação para o trabalho no Projeto Jaíba**. 2003. 201 f. Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

SAVOLDI, Andréia; CUNHA, Luiz Alexandre. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. Revista Geografar. www.ser.ufpr.br/geografar Curitiba, v.5, n.1, p.25-45, jan./jun. 2010 ISSN: 1981-089X

SPIX, Johann Baptist von; MATIUS, Karl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. 4. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. 3 v.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, Paulo. (Org.) Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA. 2009. p. 17-31. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/373/ASPTA_agricultura_familiar_camponesa_constru%E7%E3o_futuro.pdf?sequence=1#page=17. Acesso em: 22/03/16.

Recebido para publicação em 12 de novembro 2017

Aceito para publicação em 19 de janeiro de 2018